



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quinta-feira, 14 de abril de 2011

JORNAL DO COMMERCIO CAPA	1
JORNAL DO COMMERCIO PIM	2
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Foxconn procura oportunidades de investimento no país	3
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Emprego industrial traz melhores perspectivas para o curto prazo, avalia ledi	4
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO 1º trimestre	5
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Oposição X Governo	6
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Software	7
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Follow-Up	8
ECONOMIA	
A CRITICA AS VANTAGENS DA RELAÇÃO COM A CHINA	9
OPINIÃO	
A CRITICA Braga elogia ato de Omar	10
TEMA DO DIA	
A CRITICA Braga elogia ato de Omar (continuação)	11
TEMA DO DIA	
A CRITICA INFRAESTRUTURA	12
ECONOMIA	
A CRITICA Empresário endossa preocupação da 3M	13
ECONOMIA	
A CRITICA PALESTRA	14
ECONOMIA	
A CRITICA INFLAÇÃO	15
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO Novo partido	16
CAPA	
AMAZONAS EM TEMPO CONTEXTO	17
OPINIÃO	
AMAZONAS EM TEMPO Omar reafirma que defesa da ZFM o atraiu para o PSD	18
POLITICA	
AMAZONAS EM TEMPO Omar reafirma que defesa da ZFM o atraiu para o PSD (continuação)	19
POLITICA	
AMAZONAS EM TEMPO 3M estuda ampliar fábrica no PIM	20
ECONOMIA	

AMAZONAS EM TEMPO 3M estuda ampliar fábrica no PIM (continuação) ECONOMIA	21
DIÁRIO DO AMAZONAS NOVO PARTIDO AMAZONAS	22
DIÁRIO DO AMAZONAS RESUMO AMAZONAS	23
DIÁRIO DO AMAZONAS Dilma dá ultimato para obras da Copa BRASIL	24

CAPA

PIM pode perder investimento da 3M

Multinacional quer aportar US\$ 120 milhões em suas unidades no Brasil; infraestrutura precária ameaça tirar Manaus da lista

POR EDVAN FLEURY

Executivos da multinacional 3M estiveram em Manaus ontem e sinalizaram junto às entidades públicas que planejam dobrar os investimentos da empresa no Brasil. O grupo possui sete plantas em território nacional e dentre as possíveis áreas de crescimento está a fábrica do PIM (Polo Industrial de Manaus). Porém, a questão da infraestrutura poderá deixar a filial de Ma-

naus fora dos planos de investimentos dos acionistas.

“Os principais entraves que estão sendo avaliados são em relação à logística e à qualidade da energia elétrica, pois a cidade ainda possui quedas no fornecimento elétrico e não se sabe qual a disponibilidade do uso de gás natural na fábrica”, apontou o diretor-presidente da 3M em Manaus, Afonso Chaguri.

Página A5

PIM

Infraestrutura é obstáculo a investimento da 3M

Multinacional quer injetar US\$ 120 milhões em suas fábricas no país, mas não sabe se inclui Manaus na lista

POR EDVAN FLEURY

Executivos da multinacional 3M estiveram em Manaus ontem e sinalizaram junto às entidades públicas que planejam dobrar os investimentos da empresa no Brasil. O grupo possui sete plantas em território nacional e dentre as possíveis áreas de crescimento está a fábrica do PIM (Polo Industrial de Manaus). Porém, a questão da infraestrutura poderá deixar a filial de Manaus fora dos planos de investimentos dos acionistas.

De acordo com o diretor-presidente da 3M em Manaus, Afonso Chaguri, a filial amazônica representa de 4% a 5% do faturamento do grupo. A multinacional deverá expandir tanto no faturamento quanto na produção e por este motivo os acionistas já estão articulando parcerias políticas nas localidades onde possuem chão de fábrica.

Apesar de todos os incentivos fiscais, Manaus perde no contraponto em relação a questões básicas para a expansão e o desenvolvimento, tanto para a indústria quanto para o comércio. E é justamente esta a preocupação dos executivos da 3M, sendo este também o motivo que poderá fazer com que a cidade não receba parte dos US\$ 120 milhões em investimentos.

“Os principais entraves em Manaus, que estão sendo avaliados, são em relação



Foto: Divulgação

à logística e à qualidade da energia elétrica”, salientou o diretor-presidente da 3M em Manaus, Afonso Chaguri

se sabe qual a disponibilidade

“Os principais entraves que estão sendo avaliados são em relação à logística e à qualidade da energia elétrica”, salientou o diretor-presidente da 3M em Manaus, Afonso Chaguri

energia elétrica, pois a cidade ainda possui quedas no fornecimento elétrico e não

de do uso de gás natural na fábrica”, comentou Chaguri. O diretor-presidente da

empresa revelou que o objetivo destes investimentos será dobrar as vendas nos próximos cinco anos. O grupo também aumentará a parcela de injeção dos lucros nas empresas. O capital deverá passar de 4% e ficar oscilando entre 7% e 8%.

Produtos novos

Outra projeção feita por Chaguri é que 24% das vendas serão referentes a produtos novos lançados nos últimos cinco anos. Atualmente, o grupo 3M possui um leque de mais de 100 opções em catálogos, fabricando desde material de escritório até produtos utilizados em projetos aeroespaciais.

Mediante aos termos dos executivos da 3M, o governador em exercício, José Melo, tentou destacar os benefícios e incentivos fiscais do PIM para tentar amortecer as críticas. Ele enfatizou a construção e reforma dos dois novos portos do Estado, do aeroporto Eduardo Gomes, a vinda do Linhão elétrico e a expansão do gás natural de Urucu.

O problema é que algumas destas soluções, mais especificamente a reforma dos portos, levarão e levarão alguns anos para serem entregues. Os executivos informaram que dentro de poucos meses eles já terão uma resposta sobre a avaliação, na qual uma das sete filiais deverá receber os investimentos.

Foxconn procura oportunidades de investimento no país

Comunicado divulgado ontem não trouxe detalhes específicos sobre investimentos e informou apenas que o Brasil tem "tremendo potencial de desenvolvimento econômico".

O Foxconn Technology Group, que produz o iPhone e o iPad para a Apple, afirmou que está buscando oportunidades de investimento no Brasil, seguindo sua estratégia de "ir aonde o mercado está".

A Foxconn anunciou a decisão ontem em comunicado de sua unidade Hon Hai

Precision Industry, sediada em Taiwan, um dia depois que a presidente Dilma Rousseff disse que a companhia estava estudando investir US\$ 12 bilhões no Brasil.

O comunicado não trouxe detalhes específicos sobre investimentos e informou apenas que o Brasil tem "tremendo potencial de desenvolvimento econômico" e está "estrategicamente posicionado para atender às necessidades dos mercados em crescimento de toda América Latina".

Empresas de tecnologia estão ávidas por vender aos consumidores brasileiros, mas seus aparelhos muitas vezes apresentam preços caros demais para o mercado do país devido a altos custos com tarifas de importação. O mais

barato dos iPads, por exemplo, tem preço de cerca de US\$ 860 no Brasil, ante US\$ 400 nos Estados Unidos.

"Se a sua cliente Apple tem o Brasil entre seus alvos, é necessário que a Foxconn forneça serviços localmente. Isso permitiria escapar aos custos tarifários e servir a um mercado de consumo muito promissor", disse Simon Yang, vice-presidente do Topology Research Institute, um grupo taiwanês de pesquisa de mercado.

Dilma indicou que os tablets seriam uma maneira relativamente barata de promover o acesso à internet na classe média brasileira emergente, que responde por cerca de metade dos 190 milhões de habitantes do país.

O Brasil tem um dos re-

gimes tarifários mais rigorosos da América do Sul e é um dos lugares mais caros do mundo para fazer negócios, devido à pesada carga tributária, à moeda supervalorizada e encargos trabalhistas. Apesar disso, a Foxconn monta celulares no Brasil desde 2005, entre outros produtos.

"Os maiores benefícios para a empresa seriam escapar dos pesados custos tarifários de importação e o acesso mais próximo aos mercados dos Estados Unidos e América Latina", disse Maggie Chou, diretora do Brazil Fund da PCA, uma subsidiária da seguradora britânica Prudential, em Taiwan.

Investir no Brasil não deve implicar o abandono da China, onde a Foxconn é o maior empregador do setor privado.



Foto: Reprodução/Internet

Investir no Brasil não deve implicar o abandono da China, onde a empresa é o maior empregador do setor

Emprego industrial traz melhores perspectivas para o curto prazo, avalia Iedi

Assim como ocorreu com a produção industrial (crescimento de 1,9% frente a janeiro), o mercado de trabalho ligado à indústria nacional também apresentou resultados melhores no mês de fevereiro. Dois pontos merecem ser destacados nos dados de emprego divulgados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Primeiro, o número de ocupados na indústria voltou a crescer em fevereiro (0,5% com relação a janeiro, com ajuste sazonal), após ficar praticamente estagnado no período de agosto de 2010 a janeiro do corrente ano.

Segundo, o aumento de 1,1% do número de horas pagas aos trabalhadores da indústria em fevereiro frente a janeiro, além de

ser expressivo, é indicativo de que novas contratações poderão ocorrer nas atividades industriais nos próximos meses.

Reação consistente

Portanto, seja na produção ou no emprego, a indústria brasileira mostrou, em fevereiro, uma reação que parece ter consistência - pois envolveu a maioria das regiões do país e muitos de seus segmentos produtivos - e que abre a perspectiva de uma trajetória de crescimento a taxas mais positivas nos meses que se seguirão.

Isso não quer dizer que a produção e o emprego evoluirão em ritmo forte, reproduzindo as taxas de variação de fevereiro. Não é provável que isso aconte-

ça, já que as condições que "travaram" a produção e o emprego nos últimos meses (a produção desde abril do ano passado e o emprego, como dito acima, desde agosto) continuam postas.

Como esta análise já comentou, a reação da indústria pode ser considerada mais passiva do que ativa, pois sua recuperação em fevereiro deu-se possivelmente pela acomodação do impacto das importações.

No que se refere às diferentes localidades do país, na comparação de fevereiro deste ano com o mes-

mo mês de 2010, 13 das 14 regiões contempladas pela pesquisa do IBGE registraram avanço na ocupação. As maiores contribuições para a média geral foram: São Paulo (2,0%),

Número de ocupados na indústria voltou a crescer em fevereiro, após ficar praticamente estagnado no período de agosto de 2010 a janeiro de 2011

Minas Gerais (4,6%), região Norte e Centro-Oeste (4,8%), região Nordeste (3,1%), Rio Grande do Sul (3,6%) e Santa Catarina (3,1%).

Já nos dois primeiros meses de 2011 quando confrontados ao mesmo período de 2010, todas as localidades apresentaram maior patamar de emprego industrial. Os maiores

avanços foram verificados em São Paulo (2,0%), Minas Gerais (4,3%), região Norte e Centro-Oeste (4,5%), região Nordeste (2,6%), Rio Grande do Sul (3,6%) e Santa Catarina (3,1%).

Aumento de contingente

Setorialmente, apenas cinco dos 18 setores pesquisados diminuíram o contingente de trabalhadores na indústria contra igual mês do ano passado. Os destaques positivos de maior significância foram: meios de transporte (8,7%), máquinas e equipamentos (6,7%), produtos de metal (7,5%), alimentos e bebidas (2,3%) e máquinas e aparelhos eletroeletrônicos e de comunicações (6,4%).

Por outro lado, papel e gráfica (-7,8%), vestuário (-2,0%) e madeira (-5,6%) exerceram as principais influências negativas. Contribuindo para o crescimento de 3,8% no acumulado do ano, 12 dos 18 setores apresentaram aumento do contingente de ocupados industriais.

As maiores altas foram observadas em meios de transporte (8,4%), produtos de metal (8,3%), máquinas e equipamentos (7,0%), borracha e plástico (5,3%), metalurgia básica (8,2%) e alimentos e bebidas (1,4%), enquanto papel e gráfica (-8,0%) e vestuário (-2,4%) responderam pelas principais pressões negativas.

1º trimestre

Deficit da indústria química chega a US\$ 5 bi

Dado da Abiquim indica que a diferença de importações e exportações aumentou 16,9%

O deficit da balança comercial de produtos químicos chegou a US\$ 5 bilhões no primeiro trimestre deste ano, o que representa aumento de 16,9% em relação ao mesmo período de 2010. De janeiro a março, o Brasil importou US\$ 8.4 bilhões e exportou US\$ 3.4 bilhões em produtos químicos. Na comparação com o primeiro trimestre do ano passado, as importações aumentaram 15,9% e as exportações cresceram 14,6%. As informações são da Abiquim (Associação Brasileira da Indústria Química).

Para a diretora de Comércio Exterior da entidade empresarial, Denise Naranjo, o crescimento das importações de produtos químicos poderá elevar o deficit para patamares recordes. "Nos últimos 12 meses, de abril de 2010 a março deste ano, o deficit é de US\$ 21.4 bilhões, valor que já é superior ao registrado no ano passado", apontou Denise.

Compras de fertilizantes

As compras de intermediários para fertilizantes, os produtos químicos mais importados pelo setor no trimestre, cresceram 56,2%, chegando a US\$ 1.2 bilhão. Os fertilizantes formulados, com compras de US\$ 175.8 milhões, tiveram o maior crescimento relativo no

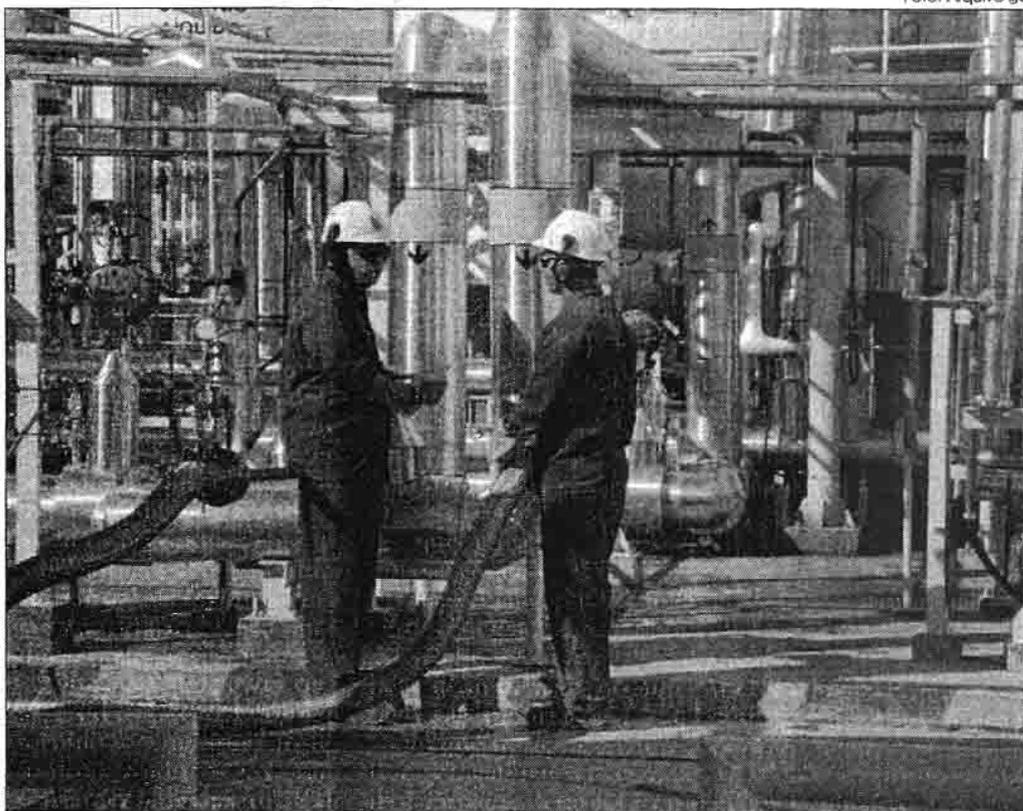


Foto: Arquivo

Entidade prevê que importações do setor devem elevar deficit para patamares recordes

período, de 528,8%.

De janeiro a março, as importações de produ-

O volume das exportações chegou a 3 milhões de toneladas. Os produtos

realizadas pelo país e 6,7% dos US\$ 51.2 bilhões em exportações.

Em março, a indústria brasileira importou US\$ 3 bilhões em produtos químicos, praticamente, o mesmo valor das compras realizadas em igual mês de 2010. Na comparação com fevereiro, houve crescimento de 9,4%. As exportações, superiores a US\$ 1.2 bilhão, cresceram 9,5% ante fevereiro e 10,3% na comparação com março do ano passado.

De janeiro a março, as compras de produtos químicos no estrangeiro movimentaram mais de 7 milhões de toneladas; já as vendas externas atingiram 3 milhões de toneladas

tos químicos movimentaram mais de 7 milhões de toneladas de produtos.

químicos representaram 17,6% do total de US\$ 48.1 bilhões em importa-

Oposição X Governo

Substitutivo sobre PEC das MPs gera polêmica

Senadores divergem sobre Emenda do senador Aécio Neves à PEC das MPs. O alvo das discordâncias foi a possibilidade de uma MP ser anulada pelo Congresso

Mudanças introduzidas pelo substitutivo do senador Aécio Neves (PSDB-MG) à PEC (Proposta de Emenda à Constituição 11/11) do presidente do Senado, José Sarney, que altera o rito de tramitação das MPs (Medidas Provisórias) suscitaram divergências, nesta quarta-feira (13), na CCJ (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania). O alvo das discordâncias foi a possibilidade - aberta pelo relator (Aécio) - de uma MP ser anulada por decisão do Congresso Nacional antes mesmo de começar a produzir efeitos.

"Esse substitutivo inviabiliza totalmente o instituto das MPs. Quem apresenta um substitutivo como esse não espera ser governo no futuro", provocou o senador José Pimentel (PT-CE).

O petista defendeu a solução proposta pela PEC 11/11, que condiciona a perda de eficácia das MPs a sua não-conversão em lei pelo Congresso 120 dias após ser editada. Já o substitutivo determina que, para ter força de lei, precisará ter sua admissibilidade aprovada por comissão mista permanente de

deputados e senadores. Em resposta a José Pimentel, o relator rechaçou a existência de uma suposta disputa entre governo e oposição a alimentar seu substitutivo. Sustentou que sua motivação atual é a mesma de 2001, quando, ao presidir a Câmara dos Deputados no governo Fernando Henrique, do qual era aliado, defendeu mudança na tramitação de MPs - atualmente em vigor - para estabelecer a perda de sua eficácia caso não fosse convertida em lei no prazo de 60 dias, prorrogável por igual período.

"Na época, setores governistas tiveram essa mesma reação, achando que estávamos tirando poderes do presidente da República. O que ocorria é que, efetivamente, o procedimento de tramitação de medidas provisórias então vigente possibilitava que o Poder Executivo legislasse sem qualquer participação do Poder Legislativo no processo. Estou seguro de estar mantendo (no substitutivo) a prerrogativa para o presidente editar MPs", afirmou Aécio Neves.

"Esse substitutivo inviabiliza totalmente o instituto das MPs. Quem apresenta um substitutivo como esse não espera ser governo no futuro", provocou o senador José Pimentel (PT-CE)

Vista coletiva

Essa discussão foi iniciada logo após a leitura do parecer do relator e de pedido de vista



Foto: Agência Senado

Aécio Neves (à direita), relator do substitutivo, explicou que seu posicionamento é o mesmo desde 2001

coletiva capitaneado pelo líder do governo no Senado, Romero Jucá. Alguns senadores ainda fizeram breves manifestações sobre o assunto, mas foram in-

terrompidos com a retirada de pauta da PEC 11/11 pelo presidente da CCJ; senador Eunício Oliveira (PMDB-CE). Essa atitude gerou protestos do senador Pedro Taques (PDT-MT), que considerou o tema "o mais importante da atual legislatura" e sustentou que a Constituição lhe garantia o direito de discutir na comissão mesmo com pedido de vista. Também em rápidas palavras, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) corroborou a importância da matéria e elogiou a iniciativa do presidente Sarney de enfrentar a queda-de-braço entre Legislativo e Executivo sobre a edição de MPs. Antes de passar ao próximo item de votação, Eunício Oliveira garantiu que a discussão sobre a PEC 11/11 seria retomada na reunião da CCJ da próxima quarta-feira (20).

Software

Chinesa Compal terá centro de pesquisa para tablets com Venturus

A unidade brasileira da fabricante chinesa de produtos eletrônicos Compal acertou parceria com o centro de pesquisa Venturus para produção de projetos de software embarcado voltado a aparelhos portáteis, incluindo tablets.

A parceria, que vai criar o Centro de Competência em Usabilidade de Software Embarcado, começará a trabalhar com projetos para computadores tablet para o mercado mundial e vai formar profissionais de software em Campinas (SP),

Fortaleza e Campina Grande.

O objetivo do centro é desenvolver produtos com “diferencial competitivo ao mercado de dispositivos móveis”.

O anúncio acontece um dia depois que a presidente Dilma Rousseff afirmou em Pequim que a chinesa Foxconn avalia investimentos de 12 bilhões de dólares no Brasil e após o ministro de Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, ter afirmado que a empresa e a Apple

vão começar a fabricar o tablet iPad no país até o final de novembro.

“Daremos início ao programa com projetos voltados para tablets cujo mercado é muito promissor no Brasil e no mundo. Nosso centro de competência vai atuar em pesquisa e desenvolvimento para oferecer ao consumidor uma experiência diferenciada em usabilidade”, afirmou em comunicado o diretor de P&D da Compal, Alexandre Lisboa.

Follow-Up



EMPRESARIAL

Os problemas com a China

Ao ensejo da viagem da presidente Dilma Rousseff à China, nesta semana, vale a pena refletir sobre nossas diferenças com esse país. Em geral, as discussões sobre nossos problemas com a China estão contaminadas por forte dose de emoção, o que atrapalha o seu entendimento correto. Nessas discussões sobra calor e falta luz.

Para o professor Antonio Barros de Castro, ex-presidente do BNDES e um dos mais lúcidos e competentes pensadores da economia contemporânea, o Brasil terá de se reinventar para ser bem-sucedido em uma economia mundial radicalmente mudada pela China. Em recente texto, o ele expressou uma visão realista sobre a natureza desses problemas.

Diante da competição chinesa, afirma ele, não adianta proteger setores industriais para que fiquem "um pouco mais sofisticados", como se fez no passado, porque os asiáticos fazem o mesmo e com maior velocidade. "Mesmo se o câmbio e o custo Brasil forem neutros, boa parte da indústria brasileira não é competitiva porque o sistema industrial chinês é mais eficiente." Barros de Castro diz que o Brasil deve aproveitar a "trégua" oferecida pelo boom de matérias-primas para desenvolver produtos originais, como plástico de álcool e aços especiais usados na exploração de petróleo, onde tenha melhores vantagens comparativas.

Há seis anos, Barros de Castro começou a suspeitar que a emergência chinesa era uma ruptura na trajetória do sistema econômico mundial. Não se tratava de uma mudança só de tamanho, de aumento do peso econômico do país. Nos anos 50, o economista alemão Hans Singer sintetizou assim o dilema da época: "Países industrializados têm o melhor de dois mundos, como consumidores de produtos primários e produtores de manufaturas, enquanto os subdesenvolvidos têm o pior, como consumidores de manufaturas e produtores de matérias-primas". Ele se baseava na tendência de queda dos preços das matérias-primas, enquanto os dos industrializados ficavam iguais ou subiam - os denominados 'termos de troca'.

Com a ascensão do leste asiático, capitaneada pela China, isso mudou de forma drástica. Países mais atrasados compram manufaturados baratos e exportam matérias-primas cada vez mais caras. Angola, por exemplo, cresce a 15% ao ano. Para Castro, é um movimento tectônico. Nos dias de hoje as realidades são diferentes. Uma parte da Ásia evoluiu com a China e não enfrenta os mesmos dilemas enfrentados pelo Brasil. Outro bloco já havia se especializado na exportação de matérias-primas, incluindo latino-

americanos como o Chile. Agora, os clientes pagam melhor, mas historicamente esse é um caminho que tende a ser visto como maldito. EUA, Alemanha e Japão ainda podem ser dinâmicos combinando capacidade alta de inovação com a vigilância de seus direitos de propriedade intelectual. Já o Brasil é um híbrido industrial e agrícola, com problemas estruturais.

Na visão do economista, nos anos 90 e no início deste século, a indústria brasileira se preparou para competir com os produtos dos EUA e da Europa. Conseguiu bons resultados - basta ver o crescimento das exportações de bens duráveis, como carros e eletrodomésticos, entre 2003 e 2005. Mas isso durou pouco. As exportações de produtos primários foram de 30% do total em 2004 para 44% em 2010, e as de manufaturas, no mesmo período, caíram de 57% para 43%. Isso ocorreu porque a competição deixou de ser com EUA e Europa e passou a ser com o sistema comandado pela China. Atualmente, um país como o Brasil, que no novo contexto tem vantagens máximas no setor primário e mínimas no industrial, terá que se reinventar.

Para Barros de Castro, o Brasil tem duas opções. A primeira é proteger a indústria que existe, tentando agregar valor às cadeias de produção, completando-as e sofisticando-as. Foi o caminho seguido entre 1950 e 1980. Mas havia a premissa, correta à época, que as economias mais avançadas eram tecnologicamente maduras e tinham crescimento lento da produtividade. Tratava-se de fechar um hiato, atingir um nível em que nossos concorrentes estavam mais ou menos parados ou evoluíam devagar. Essa premissa hoje não existe mais. Nossos concorrentes ainda estão amadurecendo, estão alcançando novos patamares de produtividade e aumentam o esforço tecnológico para acelerar sua eficiência.

A China busca produtos menos poluentes, verdes. Está exportando fábricas para países vizinhos e deslocando outras para sua região oeste, com mão de obra mais barata - o que Castro chama de China 2. A China 1 é a do "made in China" (fabricado na China), e eles tiveram êxito baseada em trabalho barato e em imitação tecnológica, ao lado de disciplina e determinação. A China 2 quer ser a do "created in China" (criado na China). Portanto, o ataque vem de baixo. Só faz sentido reforçar aquilo em que temos chance de correr mais rápido que eles - nossa segunda opção. Na opinião do economista, o resto tem que ser redirecionado ou desaparecer.

Na percepção de Castro, sem nosso potencial em produtos primários, em longo prazo estaríamos em uma situação difícil. Mas hoje temos três bons problemas: segurar o balanço de pagamentos por 10 ou 15 anos com petróleo, outras matérias-primas e produtos agrícolas; manter a expansão do mercado interno 'colocando areia' para limitar a sua ocupação por importações; e desenvolver o potencial industrial visando não 'otimizáveis', mas mudanças. Não temos que melhorar, temos que 'mudar'. Otimização a China sabe fazer melhor.

Entretanto, o economista esclarece que não está reproduzindo o discurso de que 'é atrasado proteger'. O que diz é que não adianta proteger quando sua produtividade cresce mais devagar que a do concorrente. Um

produtor de válvula brasileiro, por exemplo, está condenado. Ele sabe que pode não morrer hoje, mas morrerá no próximo governo. É necessário conter as importações não apenas para que algumas indústrias sobrevivam, mas para que possam ser transformadas em indústrias competitivas.

Para Castro, esse mapa completo ainda deve ser feito. Basicamente, se-riam os setores protegidos pela especificidade dos nossos recursos naturais, por costumes, estrutura industrial e demanda. Áreas em que o chinês não está nem vai estar. O economista faz questão de frisar que não está propondo uma volta ao agrário. O agrário é uma trégua para, por exemplo, construir uma indústria ligada ao pré-sal, de satélites, de novos materiais, de aços especiais. E aplicar os conhecimentos existentes para desenvolver coisas próprias e originais. Nessa opção, educação, aprimoramento da qualidade da mão de obra, P&D e inovação passam a ser prioritários.

A química do etanol permite desenvolver plásticos verdes. A indústria automobilística chinesa deseja vir para cá? Vamos fazer um acordo para, por exemplo, em dez anos os plásticos serem todos verdes; nós garantimos a evolução do produto. E usar a China como mercado. É possível mudar os tratores para que eles se adaptem às necessidades do Brasil. Não é pegar o americano e fazer outro um pouco mais sofisticado. É fazer máquinas adaptadas às condições tropicais de solo, clima. Trata-se de uma questão estrutural.

Os chineses acham que se trabalharmos mais e formos mais sérios não teremos problemas. Não é simplesmente isso, é uma questão de estratégia. Por exemplo, se o câmbio e o custo Brasil forem neutros, boa parte da indústria brasileira ainda não será competitiva porque o sistema industrial do nosso concorrente chinês é mais eficiente. Até 2004, eles já arrombavam todos os mercados e não tinham, como hoje, um câmbio desvalorizado.

Alega-se que antes os produtos chineses só eram mais baratos porque os salários que eles pagavam eram ínfimos e as fábricas funcionavam em galpões velhos. Mas agora as fábricas são boas e amanhã serão excelentes. A produtividade sobe tão rapidamente que, mesmo com a alta dos salários, os produtos chineses ainda podem custar menos. O real está sobrevalorizado? Castro diz que sim, e que é 100% a favor de 'botar areia' no câmbio.

Mas o câmbio não é nosso único problema. As causas de nossas deficiências são antigas e estruturais, a começar pelo sistema educacional e o custo Brasil. Ou enfrentamos as causas - em sua real abrangência - da perda relativa de nossa competitividade econômica, ou não iremos a lugar nenhum. A decisão é nossa e não dos chineses. Antes de procurar bodes expiatórios é necessário fazer uma avaliação crítica dos problemas que temos e não gostamos de admitir.

Esta coluna é publicada às quartas, quintas e sextas-feiras e é elaborada sob a coordenação do economista Ronaldo Bomfim.
cieam@cieam.com.br
rbomfim@hotmail.com

AS VANTAGENS DA RELAÇÃO COM A CHINA

Brasil e China, ao lado de Rússia e Índia, são os emergentes da hora na economia mundial. Os quatro desempenham neste início de século o papel exercido pelos Estados Unidos no mesmo período do século passado e que resultou, após a Segunda Guerra, na liderança mundial que norte-americanos exercem até hoje. Não é por acaso que contra Brasil e China, os mais poderosos e organizados integrantes do grupo batizado de BRICs, os Estados Unidos armaram barreiras comerciais nunca vistas na história. Diante dos asiáticos, a estratégia norte-americana é asfixiar as importações com vistas a forçá-los a liberação do câmbio, artificialmente controlado

pela economia planificada do comunismo de "olhos puxados". Este mesmo câmbio também prejudica o Brasil, principalmente após o reconhecimento pelo país, ainda no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de que a China é uma economia de mercado, quando efetivamente não o é. Já contra o Brasil, os mecanismos de proteção e de subsídio são as maiores armas dos norte-americanos. As barreiras ao etanol brasileiro (feito de cana), com a respectiva proteção ao etanol feito por produtores de milho, é uma ação injustificada sob todos os aspectos da economia. Na Organização Mundial do Comércio, nos últimos oito anos, o Brasil obteve vitórias em oito das dez

contendas que manteve contra os Estados Unidos. No entanto, os seguidos governos de Washington resistem em cumprir as decisões e força o Brasil a realizar difíceis negociações bilaterais. A visita que a presidenta Dilma Rousseff faz a China logo no alvorecer do governo dela pode representar uma nova oportunidade para que juntos os dois países possam enfrentar o poderio dos EUA na economia mundial. Trabalhando multilateralmente, os dois podem reduzir a dependência que têm do comércio com norte-americanos bastando para isso reforçar os laços em pontos comuns. Conforme o governo brasileiro, uma balança comercial mais forte e

potente com a China, hoje já o nosso maior parceiro comercial, poderia influir até na política de juros altos adotadas pelo Banco Central. Aos chineses interessa principalmente escoar a produção de bens de alta tecnologia que sofre com as barreiras norte-americanas. Em tudo e por tudo Brasil e China têm muito a lucrar com o "azeitamento" das relações bilaterais. Contudo, o governo brasileiro precisa ficar atento e combater, com as armas que a diplomacia disponibiliza, práticas econômicas nefastas que ainda são comuns na China, como as condições análogas a escravidão impostas aos trabalhadores chineses.

Braga elogia ato de Omar

ANTÔNIO PAULO

DA EQUIPE DE A CRÍTICA

BRASÍLIA (SUCURSAL) - O governador Omar Aziz (PMN) e o senador Eduardo Braga (PMDB-AM) promoveram ontem um encontro público para demonstrar (ou disfarçar) que não há intriga, desconforto ou rusga política por conta da criação do Partido Social Democrático (PSD). O abraço fraterno e a conversa cordial, entre os dois "caciques" do Amazonas, ocorreram no final da solenidade de lançamento nacional do novo partido.

Foi a primeira vez que Eduardo Braga falou sobre o PSD, do qual Omar Aziz vai ser o presidente estadual. Negou estresse com a movimentação e articulações políticas do governador em torno da legenda e classificou como natural e legítima a atitude de Omar Aziz. "As questões partidárias nunca estiveram em discussão envolvendo a minha relação com ele (Omar Aziz). A movimentação é justa e inteligente em direção a um novo partido que se forma maior que o PMN (Partido da Mobilização Nacional ao qual Omar ainda está filiado)", declarou o senador enquanto esperava o fim do ato político de lançamento do PSD. Braga chegou depois que o evento já havia começado e não entrou porque o pequeno auditório Freitas Nobre, no anexo IV, da Câmara dos Deputados, estratégica e simbolicamente escolhido pelos dirigentes da nova sigla, estava completamente lotado.

Questionado se estaria chateado com a aproximação de prefeitos do interior, rumo ao novo

partido de Omar, Braga, laconicamente, respondeu: "se a legislação permite (que políticos com mandato só deixem seus partidos pelos quais foram eleitos, sem perder o mandato), é natural. E não sei de onde vocês tiraram isso de eu estar chateado ou estressado. Nenhum jornalista conversou comigo sobre esse assunto", disse o senador.

No final da cerimônia, Braga esperou Omar Aziz para cumprimentá-lo. Ao responder sobre a suposta irritação do senador do PMDB, com o PSD, o governador disse que uma regra em política, que adota como princípio em sua vida, é ser leal e solidário com os companheiros que o acompanham. "O Eduardo (Braga) foi um grande companheiro meu. Hoje, sou governador do Estado; fui oito anos vice-governador dele; ele me apoiou e se empenhou na minha candidatura. E vocês acham que vou brigar com o Eduardo por causa de partido político?", enfatizou o questinamento.

APOIOS E CONVITES

Omar Aziz se esquivou de falar sobre os nomes dos futuros correligionários do Amazonas. Citou apenas os deputados federais Carlos Souza (PP-AM) e Silas Câmara (PSC-AM) que já anunciaram a saída de seus partidos para ingressar no PSD. "Também fiz convite ao deputado Henrique Oliveira (PR-AM), mas ainda aguardo resposta dele. Em relação aos deputados estaduais e prefeitos, não falei com ninguém, mas vou convidá-los, respeitando todos os partidos da base aliada tanto no Amazonas quanto no âmbito do Governo Federal", declarou.

Braga elogia ato de Omar (continuação)

Em números		
#		
32	2	500
Deputados federais se inscreveram, até ontem, no PSD. Com esse número de parlamentares, a nova sigla já nasce como a oitava maior bancada da Câmara dos Deputados.	Senadores já aderiram à nova sigla: Kátia Abreu (DEM-TO) e Sérgio Petecão (PMN-AC). Além de um governador (Omar Aziz) e cinco vice-governadores (de SP, BA, RN, Paraíba e Mato Grosso).	Mil assinaturas, em cinco Estados diferentes, devem ser coletadas pelos integrantes do PSD para formalizá-lo junto à Justiça Eleitoral. Meta é realizar convenção em julho.

Governador costura adesões

Apesar das negativas do governador Omar Aziz, ele costura intensamente os novos apoios para o PSD-Amazonas. Na Assembleia Legislativa do Estado (ALE-AM), pelo menos quatro deputados estariam com um pé na nova sigla: o presidente Ricardo Nicolau, que deixaria o PRP; os deputados Davi Almeida e Josué Neto, que acompanham Omar Aziz na saída do PMN e a surpresa: o ex-presidente da ALE-AM, deputado Belarmino Lins (PMDB-AM). Mas, o foi o próprio presidente da sigla, senador Eduardo Braga quem tratou de desmentir os boatos da debandada de Belão. "Até onde eu saiba, o deputado Belarmino continua no PMDB. É pura especulação", declarou o senador.

O deputado peemedebista não atendeu ontem às ligações telefônicas feitas pela reporta-

gem de A CRÍTICA para confirmar ou negar sua ida para o PSD. Há dois dias, disse à reportagem que está bem no PMDB. Belão hoje maior ligação política com Braga. Foi na gestão de oito anos do Governo Braga que Belarmino Lins comandou a Assembleia Legislativa do Estado por três vezes. Este ano, perdeu o apoio e a vaga ficou com Ricardo Nicolau.

O deputado estadual Francisco Souza (PSC) também participou do lançamento do PSD em Brasília. Questionado se ele estava na solenidade para cerrar fileira com Omar, respondeu que foi ao evento para prestigiar o colega de partido e de Igreja, o deputado federal Silas Câmara, que deixa a legenda e a direção da sigla no Amazonas para entrar no PSD. Atual secretário-geral do PSC, Souza deverá ser o próximo presidente do PSC-AM.

Personagem

DEPUTADO
FEDERAL (PTB)

**Sabino
C. Branco**



"Não sei de mudança"

O presidente estadual do PTB do Amazonas, deputado federal Sabino Castelo Branco, disse ontem, no lançamento nacional do PSD, que o prefeito de Manaus, até onde ele sabe, continua no PTB. "Não sei de nada sobre outro partido". A declaração do dirigente partidário refere-se aos comentários de que Amazonino estaria deixando o PTB em direção à nova sigla. O que não corresponde às declarações do governador Omar Aziz que voltou a dizer que não há espaço para o prefeito de Manaus "por ele ter luz própria".

Compromisso com a ZFM e o Amazonas

Único governador brasileiro a ingressar no PSD, Omar Aziz fez parte da mesa e foi um dos poucos dirigentes políticos a discursar no lançamento nacional do PSD em Brasília. O destaque de sua fala política foi a menção de que o manifesto do novo partido traz o compromisso com a Zona Franca de Manaus (ZFM), também citada pelo prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, o fundador da nova sigla. O governador amazonense disse que a inclusão do modelo econômico do Estado foi uma das exigências para que ele entrasse no PSD.

"Como vou para um partido que não vai defender aquilo que é a nossa sobrevivência, o nosso desenvolvimento sustentável e o polo industrial da cidade de Manaus? Será o meu dever defender não somente o Amazonas, mas toda a Região Norte", disse o governador.

O discurso de Omar também focou na discussão com a população e com os políticos sobre as reais necessidades do País. "Esse partido deve começar a ouvir aqueles que mais necessitam. Ouvir o que tem a dizer os movimentos sociais, as classes empresariais assim como os nossos deputados."

INFRAESTRUTURA

Gargalos preocupam 3M

Multinacional tem planos para ampliar investimento no PIM, mas aponta obstáculos no caminho

RENATA MAGNENTI
DA EQUIPE DE A CRÍTICA

Dois obstáculos conhecidos pelos empresários amazonenses podem funcionar como um pedra no projeto da multinacional americana 3M de ampliar seus negócios no Polo Industrial de Manaus (PIM): logística precária para receber e exportar produtos e o fornecimento igualmente precário de energia elétrica, o que não anima quem produz.

Na manhã de ontem, um comitê de executivos da 3M, incluindo o presidente mundial do grupo, George Buckley, esteve com o governador em exercício, José Melo, conversando sobre os benefícios de fazer negó-

Só no final da Copa

A Infraero informou no último mês que as obras de ampliação do Aeroporto Internacional Eduardo Gomes só serão concluídas em dezembro de 2014. As obras que deveriam ter começado em 2009 foram iniciadas ano passado.

cios no Amazonas.

O diretor-presidente da 3M Manaus, Afonso Chaguri, explicou que a reunião, que durou pouco mais de uma hora, foi bastante importante para que os executivos compreendessem os benefícios de estar na Zona

Franca. "Temos planos de dobrar a venda de produtos em cinco anos, e Manaus pode ser o palco para esse investimento".

US\$ 120 MILHÕES

Atualmente, 4% do faturamento da multinacional são investidos nas fábricas no Brasil, o que representa aproximadamente US\$ 120 milhões, e a projeção é passar a investir de 7% a 8% do faturamento no País. Só no Brasil, a 3M produz cerca de mil produtos, dos 50 mil fabricados em outros 59 países, com itens utilizados na área de saúde e comunicação gráfica.

Ao final da reunião Chaguri disse que a questão logística e de distribuição de energia elétrica são as questões que mais



George Buckley conversou com o governador em exercício, José Melo.

preocuparam os executivos. "Precisamos ter gás natural na porta da nossa fábrica e a energia elétrica aqui tem muitas interrupções durante o dia e a falta de logística também nos preocupa. Agora os executivos vão analisar tudo o que foi discutido".

AVALIAÇÕES

O secretário de Estado da Fazenda (Sefaz), Isper Abrahim, disse que o comitê da 3M questionou sobre o incentivo fiscal, taxa de desemprego e a mão-de-obra local e sobre o valor de terreno na Zona Franca.

O governador José Melo, justificou que o gás natural já está sendo utilizado em fábricas no PIM e que a instalação pode ser estendida à fábrica da 3M, disse que em dois anos estará em funcionamento o Linhão de Tucuruí, que vai ligar o Amazonas ao sistema energético nacional, e que o Porto das Lajes e um outro porto próximo a Refinaria de Manaus (Reman) estarão prontos também em dois anos, assim que questões documentais forem resolvidas.

Empresário endossa preocupação da 3M

Wilson Périco, do Sinaees, admite que infraestrutura é um gargalo

Existe uma deficiência muito grande na infraestrutura que serve o Polo Industrial de Manaus (PIM) em relação à demanda que atende, segundo avaliou o vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), Wilson Périco. Ele informou que nos últimos seis anos o PIM cresceu 15% e não recebeu, nesse período, investimentos de melhorias na infraestrutura.

No aspecto logístico, tanto o aeroporto como os portos de Manaus estão muito aquém das necessidades da atual demanda das fábricas do PIM. O tempo para liberação de mercadorias é

muito longo por conta das instalações dos recintos e pela deficiente de estrutura de pessoal dos órgãos fiscalizadores. O Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (Mapa), por exemplo, tem um auditor por recinto alfandegado, a Receita Federal também tem deficiências de funcionários.

Quanto a geração de energia Périco informou que foram feitos investimentos, mas a qualidade da distribuição dessa energia é muito ruim, causando variações e interrupções constantemente. “O PIM continua crescendo, mas sem os investimentos necessários”

Juca Queiroz/21/06/200



Wilson Périco, do Sinaees

PALESTRA

Defesa dos interesses da indústria

Hoje, a Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam) vai oferecer palestra gratuita para empresários industriais com objetivo de mobilizá-los para a importância de participar da vida sindical e do processo de defesa de interesses dos diversos segmentos da indústria amazonense. O consultor Oscar Augusto Rache Ferreira irá apresentar o tema “Defesa de interesses e competitividade: o papel das entidades de representação”. A programação é organizada pela Fieam e será realizada das 18h às 20h, no auditório Auton Furtado, localizado na sede da entidade, na Avenida Joaquim Nabuco, 1919, Centro.

INFLAÇÃO

Ipea descarta descontrolado

Possibilidade de estouro dos preços é 'terrorismo', segundo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

RIO (AE) - O coordenador do grupo de análises e previsões do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Roberto Messenberg, afirmou que o mercado financeiro está fazendo terrorismo com a possibilidade de estouro da inflação. Segundo ele, não há chances de hiperinflação no Brasil e a estratégia alarmista é movida pelo temor em relação à nova agenda socioeconômica do governo Dilma.

"Não há, nos fundamentos da nossa economia, possibilidade de que a inflação saia de controle", diz. "Esta é uma estratégia terrorista das instituições financeiras para sabotar as mudanças da agenda econômica do Brasil, que caminha na direção contrária de seus interesses", afirmou em coletiva no Rio.

Messenberg cita os fantasmas de Scrooge, de um conto de Natal de Charles Dickens, em que o personagem, um velho avarento, recebe visita de fantasmas com análises terroristas.

O Ipea prevê que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fique entre 5% a 6% em 2011, acima do centro da meta (4,5%), mas dentro do teto estabelecido pelo governo (6,5%). Para o Ipea, o governo deve focar na elevação dos investimentos.

O economista diz que não se



Coordenador do Ipea, Roberto Messenberg, concedeu entrevista coletiva no Rio

deve confundir elevação do nível de preço com inflação. Para ele, está havendo uma mudança de preço relativa no Brasil, sem aumentos generalizados.

Messenberg afirma que há um efeito transitório da inflação causada pela valorização do real sobre o dólar e pela relação entre a inflação em moeda nacional e em moeda estrangeira. Segundo ele, há uma contaminação da inflação em moeda estrangeira sobre a moeda nacional. O economista afirma não haver chances de hiperinflação num cenário de apreciação do real.

"Vamos ter que conviver al-

guns meses com uma taxa de inflação mais salgada", diz. "Não vejo desarranjo da política econômica, ou improvisos. Estamos muito bem".

Segundo ele, nunca houve uma política monetária tão boa para o Brasil e prova disso são os recentes relatórios do FMI e da agência de classificação de risco Fitch, com avaliações positivas sobre o País. "Isso, é claro, leva à insatisfação de governos anteriores", diz, citando o governo Fernando Henrique e o primeiro mandato de Lula, que, em sua avaliação, foi obrigado a herdar a política econômica de FHC.

Crescimento do PIB será de 4% e 5%

O Ipea está prevendo para este ano que o crescimento da economia brasileira será de 4% a 5%. De acordo com o Instituto, "apesar dos mesmos fatores que impulsionaram a economia no ano anterior ainda estarem presentes, as medidas adotadas pela autoridade monetária, tendo um possível descompasso entre oferta e demanda, deverão reduzir o ritmo do crescimento.

Para o cálculo desta taxa, o Ipea considerou que a expansão de 7,5% de 2010 já deixou garantido um crescimento de, no mínimo, 1,2% para este ano.

O instituto também prevê aumento no déficit em conta corrente (resultado de todas as operações do País com o exterior) para entre US\$ 63 bi e US\$ 73 bi - mas o fluxo de capitais estrangeiros será suficiente para garantir a expansão.

Novo partido

Zona Franca é prioridade

Governador Omar Aziz disse ontem, ao assinar a ata de fundação do PSD em Brasília, que um dos motivos que o fizeram aderir à nova sigla foi a garantia de defesa da Zona Franca de Manaus. **Política A5**

CONTEXTO

Discurso

De olho na reforma política, o governador Omar Aziz reforçou a necessidade de discutir com a população as diretrizes e as bandeiras do PSD, ontem, no lançamento da legenda, em Brasília. Uma das temidas mudanças na reforma é a lista fechada, o que faz com que o eleitor vote no partido.



Assinaturas

A defesa da Zona Franca de Manaus constava no manifesto do PSD. O partido agora tem três meses para reunir 500 mil assinaturas para ser fundado oficialmente junto ao Tribunal Superior Eleitoral.

Omar reafirma que defesa da ZFM o atraiu para o PSD

O governador Omar Aziz informou, ontem, após assinar a ata de fundação do PSD, em Brasília, que no manifesto da criação da sigla consta o item 'Defesa da Zona Franca de Manaus'. Segundo ele, este foi um dos pontos fundamentais que o levou a aderir ao partido. Hoje, ele se reúne com vereadores de Manaus e deputados estaduais para tratar de novas adesões no Amazonas.

Liderado pelo prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, o novo partido nasce com a adesão de 32 deputados federais, um governador, cinco vice-governadores, dois senadores (Kátia Abreu e Sérgio Petecão, do Acre); além de vários prefeitos e deputados estaduais em todo o país.

"Como eu iria para um partido que não defendesse nossos interesses, a exemplo do desenvolvimento sustentável e o Polo Industrial de Manaus?", questionou o governador. Segundo ele, um dos diferenciais do novo partido é abrir o debate para temas como a Zona Franca. Os assuntos serão debatidos de forma igualitária entre os membros do PSD de todo o país.

Segundo Omar Aziz, o programa de governo do partido será tratado em seminários, primeiro em nível de Estado, depois nacionalmente. "Defendemos igualdade. Não tenho dúvida que é uma discussão (Zona Franca) que teremos de travar".

Em seu discurso, Omar defendeu a participação de movimentos sociais e empresariais nas discussões do programa. "Se futuramente vão continuar

votando em pessoas, que nós tenhamos os melhores quadros. Mas se for votar em programas partidários, que nosso programa seja aquele que vá ao encontro daquilo que a população quer e precisa", afirmou, ao acrescentar que "o PSD vai começar a crescer ouvindo as pessoas, em todos os cantos do país".

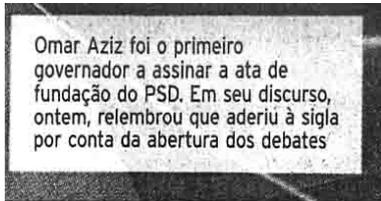
Omar pediu às lideranças do partido que os deputados federais sejam ouvidos e que eles não sejam somente uma pessoa a mais dentro do congresso numa votação importante. "Eu aprendi a governar ouvindo os deputados, os movimentos sociais, a população".

Primeiro governador a assinar a ficha de filiação do PSD, Omar Aziz disse que aguarda a filiação de outros chefes de governo e que o número de deputados federais aumente para 40, além de ressaltar a certeza de que na eleição para prefeito do ano que vem o partido vai fazer a diferença nos mais de 5 mil municípios do país.

Apoio a Dilma

Omar Aziz reafirmou o compromisso em apoiar a presidente Dilma Rousseff. Segundo ele, no Amazonas, os deputados federais que estão ingressando no partido, apoiaram e dão sustentação e vão continuar apoiando Dilma. "Nós acreditamos na força do trabalho da mulher. Porque ela vai fazer desse país um lugar muito melhor. Tenho certeza que, se começarmos a discutir com a base e com as pessoas que nos elegem, teremos uma bancada muito mais forte em 2014", comentou o governador.

Omar reafirma que defesa da ZFM o atraiu para o PSD (continuação)



Omar Aziz foi o primeiro governador a assinar a ata de fundação do PSD. Em seu discurso, ontem, relembrou que aderiu à sigla por conta da abertura dos debates

'Partido não será atrelado a Dilma'

No ato que marcou o início da formalização jurídica do PSD, o prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, disse que o novo partido está à disposição da presidente Dilma Rousseff, mas não estará 'atrelado' ao governo. 'Estamos à disposição para ajudá-la. Queremos que seu governo dê certo, é importante para o Brasil. Isso

não significa atrelamento', ponderou Kassab.

Dos 32 novos deputados federais democratas, onze são do oposicionista DEM, seis do PP, seguidos por quatro do PPS, três do PMN e dois do PSC. Há ainda representantes de outras siglas como PMDB, PCdoB e PDT.

Kassab disse que o novo

partido vai respeitar os compromissos políticos individuais de seus filiados, já que alguns apoiaram a eleição de Dilma e outros, não.

'O partido tem entre seus fundadores integrantes que estiveram ao lado da presidente Dilma na campanha. Trabalhamos por sua eleição e se sentem compromissa-

dos com seu governo. Terão total liberdade para continuar dando esse apoio', disse.

Por outro lado, completou o prefeito, aqueles que não apoiaram Dilma na eleição do ano passado 'a partir de agora se sentem liberados para votar a favor dos projetos que sejam compatíveis com suas convicções'.

3M estuda ampliar fábrica no PIM

Nos próximos meses, a indústria vai realizar análises econômicas para definir possíveis investimentos no parque local

HENRIQUE SAUNIER E ASSESSORIAS

Equipe do EM TEMPO

henrique@emtempo.com.br

Com a finalidade de, futuramente, expandir a produção no Polo Industrial de Manaus (PIM), representantes da 3M do Brasil se encontraram com o vice-governador do Estado, José Melo, além de autoridades do Amazonas. Na ocasião, a multinacional anunciou ainda que pretende dobrar o faturamento e, conseqüentemente, os investimentos, nos próximos cinco anos.

De acordo com o diretor-presidente da 3M em Manaus, Afonso Chaguri, os investimentos atuais da empresa, no mundo todo, são de R\$ 2,4 bilhões anuais. Já para o Brasil, a companhia destina em torno de US\$ 120 milhões. Questionado sobre o montante resguardado para o Amazonas, Chaguri respondeu apenas que "análises econômicas serão feitas nos próximos meses e vão estabelecer os valores para a região".

Segundo o executivo, a reunião foi bastante importante para que os dirigentes internacionais possam entender os benefícios que o modelo Zona Franca de Manaus pode proporcionar para a 3M. "Temos planos

de crescimento para dobrar as vendas de produtos e isso significa que vamos dobrar também os investimentos. Normalmente, temos investido em torno de 4% do nosso faturamento e, em cinco anos, devemos passar para quase 7%", ressaltou.

A fábrica de Manaus, conforme Chaguri, atualmente, representa 5% do faturamento, dentre as sete plantas existentes no Brasil. De acordo com o diretor-presidente, a 3M tem, como exigência no Processo Produtivo Básico (PPB), investir aproximadamente 3% das vendas em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), nos quais todos os anos são escolhidos projetos para receber o aporte.

Sobre quais os alvos de investimento da 3M, o diretor explicou que a empresa é extremamente diversificada, com mais de mil produtos em seu portfólio. Por isso, no momento, é difícil especificar, já que ela atua desde o setor de saúde, industrial até a comunicação gráfica. "Como aqui os incentivos são para diferentes produtos, precisaremos fazer análises econômicas. Temos planos de lançar novos produtos, além de uma meta de atingir 40% das vendas com a comercialização de produtos lançados nos últimos quatro anos", comentou.

3M estuda ampliar fábrica no PIM (continuação)

Análise de prós e contras

Para Afonso Chaguri, o que deve balizar os estudos e pesar na hora de escolher a localidade dos investimentos serão dois pontos, considerados entraves. O primeiro e maior deles é: a logística para sair e chegar a Manaus. Em segundo lugar, está a qualidade da energia elétrica. "Ainda passamos por muitas interrupções no serviço durante o dia", acrescentou.

Na opinião do vice-governador do Amazonas, José Melo, esses pontos colocados pelo diretor já estão sendo equacionados, na forma da construção de novos portos e

a expansão do aeroporto. Além disso, o problema da instabilidade do serviço da energia elétrica deverá ser solucionado com a chegada do Linhão de Tucuruí, quando o Amazonas deixará de pertencer ao grupo de sistema isolado.

Gargalos à parte, o vice-governador salientou que os empresários da indústria 3M ficaram bastante impressionados com as explicações técnicas sobre os incentivos e vão avaliar as decisões a serem tomadas, que podem acabar gerando mais emprego e renda para o Estado do Amazonas.

Incentivos aos municípios da RMM

O vice-governador José Melo lembrou que há ainda uma expectativa de que o governo federal expanda a área fiscal incentivada para todos os municípios da Região Metropolitana de Manaus (RMM), que vai resolver o gargalo da qualidade dos terrenos restantes na capital amazonense. "Se esse decreto sair, vamos poder construir fábricas em Iranduba e Itacoatiara, por exemplo, a um custo menor de instalação", disse.

Também presente na reunião, o secretário de Estado de Fazenda, Isper Abraham, disse que a presença do presidente mundial da multinacional sinaliza uma preferência por investimentos no Amazonas. "Acredito que

devemos ficar na preferência e vamos subsidiar tudo o que for necessário para a decisão deles. Nada (do que foi perguntado) difere do que qualquer outra indústria quer saber antes de investir,

o diferencial foi a presença do presidente", avaliou.

Abraham comentou ainda que os empresários não disseram o que pretendem aumentar, mas certamente será a produção daquilo que

hoje é fabricado e, eventualmente, trazer novos produtos. "Temos boas condições. Somos um Estado em franco desenvolvimento e temos mão de obra de excelente qualidade", analisou.



Em reunião com representantes do governo, executivos da fabricante 3M sinalizaram intenção de investir em Manaus

NOVO PARTIDO

Omar Aziz assina ata de fundação do PSD

Após assinar, ontem, a ata de fundação do Partido Social Democrata (PSD), o governador do Amazonas, Omar Aziz, destacou o fato de que no manifesto do novo partido consta a Defesa da Zona Franca de Manaus. Segundo Omar Aziz, este foi um dos pontos fundamentais que o levou a aderir ao PSD. Omar também reafirmou o apoio à presidente da República, Dilma Rousseff.

O evento foi na Câmara dos

Deputados, em Brasília. Liderado pelo prefeito de São Paulo Gilberto Kassab, o partido nasce com a adesão de 31 deputados federais, um governador, cinco vice-governadores, dois senadores - Kátia Abreu e Sérgio Petecão, do Acre - além de vários prefeitos e deputados estaduais.

“Como eu iria para um partido que não defendesse nossos interesses, a exemplo do desenvolvimento sustentável

e o Polo Industrial de Manaus?”, questionou o governador, durante entrevista à imprensa. Ele ressaltou, ainda, que assuntos como estes serão discutidos de forma igualitária entre os membros do PSD de todo o Brasil.

De acordo com Omar Aziz, o programa de governo do partido será tratado em seminários, primeiro em nível de Estado, depois nacionalmente. “Defendemos igualdade. Não te-

nho dúvida que é uma discussão (Zona Franca) que temos que travar”, disse ele, para em seguida completar: “Além de brasileiro, eu sou governador do Estado do Amazonas, tenho que defender a minha região e não é só o Amazonas”.

Primeiro governador a assinar a ficha de filiação do PSD, Omar Aziz, disse que aguarda a filiação de outros chefes de governo e que o número de deputados federais aumente

para 40, além de ressaltar a certeza de que na eleição para prefeito do ano que vem o partido vai fazer a diferença nos mais de 5 mil municípios do País.

Omar Aziz ainda reafirmou o compromisso em apoiar a presidente Dilma Rousseff. Segundo ele, no Amazonas, os deputados federais que estão ingressando no partido, apoiaram dando sustentação e continuarão apoiando Dilma.

RESUMO

6 >> Amazonas

Diário do Amazonas
Quinta-feira, 14 de abril de 2011

Jundiá larga na frente da ZFM

O município de Jundiá, a 60 quilômetros da capital São Paulo, é o favorito para receber a linha de montagem do iPad no Brasil, que será implantada pela Foxconn, a mesma que fabrica o computador

portátil (foto) na China. Disputa a atração do investimento com a cidade paulista o Polo Industrial de Manaus (PIM). No início desta semana, a Foxconn anunciou que investirá US\$ 12 bilhões no País.

Palestra busca unir indústria do PIM

Hoje, a Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam) oferece palestra gratuita para empresários da indústria com o objetivo de mobilizá-los para a importância de participar da vida

sindical e do processo de defesa de interesses dos diversos segmentos da indústria amazonense. A ação de sensibilizar e atrair os empresários faz parte do Programa de Desenvolvimento Associativo (PDA).

Dilma dá ultimato para obras da Copa

JORNAL DIZ QUE PRESIDENTE QUER GOVERNADORES E PREFEITOS PRESTANDO CONTAS DE PROJETOS A CADA TRÊS MESES

Preocupada com os atrasos em obras nas 12 cidades que vão sediar os jogos da Copa do Mundo de Futebol de 2014, a presidente Dilma Rousseff decidiu dar um ultimato a prefeitos e governadores envolvidos com o evento, destaca reportagem do jornal O Globo.

Dilma determinou que, a partir de junho, sejam divulgados balanços trimestrais, em que sejam responsabilizados politicamente os Estados, municípios e órgãos do governo federal por obras atrasadas, como as de aeroportos, portos, transportes urbanos e construção de estádios.

De acordo com o jornal O Globo, o Planalto já identificou graves problemas em Estados e municípios, inclusive governados por aliados. Entre eles está a execução do monorail de Manaus, já que Prefeitura e Estado do Amazonas não se entendem em relação à responsabilidade do projeto.

O recado será passado depois de sua volta da China, quando Dilma vai se reunir com governadores e prefeitos das 12 cidades-sede. A presidente já queria divulgar o primeiro balanço em abril, mas foi convencida de que seria melhor dar um prazo para que os entes públicos agilisassem as obras.

Dilma quer evitar o desgaste político de assumir atrasos pe-



Atrasos em projetos para jogos da Copa em Manaus, como a Arena da Amazônia e o monorail foram citados em reportagem / Foto: Arlesson Sicú/25/02/2011

las obras da Copa. Ao mesmo tempo, o balanço servirá como mecanismo de pressão para governos estaduais e municipais, que passarão a ser cobrados publicamente.

Preço político

"Nós sabemos quais são os problemas e sabemos como resolvê-los. Quem não fizer aquilo que se comprometeu, terá que pagar o preço político por isso", disse ao jornal O Globo o ministro dos Esportes, Orlando Silva.

A divulgação de

balanços trimestrais chegou a ser avaliada no governo Lula para ser implantada no ano passado. Como era ano de eleição, lembrou um integrante do governo, a ideia foi descartada para evitar prejuízos políticos de aliados que administram prefeituras e governos estaduais. Mas Dilma decidiu enfrentar o desgaste junto aos aliados, ao avaliar que esta é a única forma de cobrar resultados.



COBRANÇA PÚBLICA

Presidente Dilma Rousseff deve fazer 1ª reunião para avaliar andamento das obras da Copa.

Segundo interlocutores, Dilma está

preocupada com o atraso generalizado nas obras da Copa porque o evento terá grande repercussão internacional e será realizado em 2014, ano da disputa presidencial. Com forte perfil de gerente, a presidente teme que os atrasos possam refletir negativamente em sua popularidade. Por isso, a ordem foi de reagir imediatamente para evitar surpresas. "Esses balanços públicos vão servir para dar nomes aos bois e responsabilizar os administradores por atrasos nas obras", ressaltou um interlocutor direto da presidente Dilma.

Fale com o editor
redacao@diarioam.com.br

TCU cita Arena da Amazônia em acórdão contra projetos irregulares

Em Acórdão, decisão proferida em grau de recurso por tribunal coletivo, o Tribunal de Contas da União (TCU) citou o projeto da Arena da Amazônia, do governo do Estado, quando determinou que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) não libere financiamento para qualquer projeto de construção de estádio para a Copa de 2014 cujo projeto contenha indícios de irregularidades. Diz o TCU no Acórdão 845/2011: que o BNDES "se abstenha de liberar recursos referentes a qualquer um dos financiamentos de projetos inseridos no Programa ProCopa Arenas em que venham a ser constatados indícios de irregularidades pelos órgãos federais de controle, até que venham a ser elididos (eliminados) ou então venham a ter seus projetos retificados, com a necessária repactuação do contrato firmado entre o ente federado e a empresa construtora, a exemplo do ocorrido com o Projeto da Arena da Amazônia..."